



O POLÍCIA

Revista Informativa do SPP/PSP

Mês de Dezembro de 2007

Distribuição Gratuita

EDIÇÃO N.º 20



Normalmente desejam-se BOAS FESTAS nesta altura, mas este ano vamos antes desejar QUE NA DN/PSP SÓ FIQUEM OS COMPETENTES, NO MAI SÓ FIQUE QUEM GOSTA DE NÓS E QUE O GOVERNO EM GERAL MOSTRE UMA MELHOR APTIDÃO PARA COMPREENDER O QUE É SER-SE POLÍCIA E DEIXEM DE NOS CONFUNDIR COM OUTROS, para os incompetentes, os que nos odeiam e os inaptos, desejamos uma viagem rápida para outras paragens e que nos deixem, de vez, em paz.



SPP/PSP O TEU SINDICATO
DE POLÍCIAS PARA POLÍCIAS

ACTIVIDADE SINDICAL DO SPP/PSP NÃO ESTRAGARÁ ESCALAS NEM PREJUDICARÁ QUEM QUER QUE SEJA ...



O Sindicato dos Profissionais de Polícia – SPP/PSP, tal como tem feito em anos anteriores, comunica que nenhum dirigente ou delegado sindical deste sindicato estará com dispensas para actividade sindical entre o dia **20 de Dezembro de 2007 e o dia 02 de Janeiro de 2008**. Não se pensa que, nesse período, venha a haver alguma iniciativa sindical que obrigue a dispensa de dirigentes ou delegados e a actividade sindical normal e diária será feita com o, evidente, esforço e tempo tirado ao convívio com suas famílias, dos dirigentes nacionais e delegados sindicais. Se, durante este período, alguma situação merecer algum tipo de iniciativa específica e que envolva uma maior participação de dirigentes, delegados e/ou Polícias em geral será a seu tempo feita a mobilização e assinados, pela Direcção Nacional do SPP, os respectivos pedidos de dispensas para actividade sindical a serem entregues aos responsáveis dos serviços da PSP onde cada um trabalha.

Relembramos todos que a Direcção Nacional do SPP não autoriza que dirigentes ou delegados sindicais do SPP metam dispensas para actividade sindical aos **Fins de Semana, Feriados, Carnaval, Páscoa, Natal e Ano Novo**, porque nestes dias, normalmente, não existem iniciativas sindicais que o justifiquem, e, ao meterem-se os dias nestas datas, prejudica-se gravemente os colegas de trabalho e não é para isso que nós existimos.

Relembramos também que as dispensas para actividade sindical são pedidas pela Direcção do SPP, e não individualmente, aos responsáveis pelos serviços da PSP onde cada um trabalha.

Embora esta decisão, das primeiras da actual Direcção Nacional do SPP/PSP, conjuntamente com a de não haver acumulação de dias para actividade sindical de dirigente nacional (quatro dias por mês) e de delegado sindical (doze horas por mês), tenha originado e continue a originar “dissidências” de alguns elementos que discordam e queriam continuar a ter, na prática, seis dias por mês para actividade sindical e não só os quatro, convictos que estamos no caminho traçado não deixaremos de contribuir para a moralização da actividade sindical na PSP e não contribuiremos para os abusos que aqui e ali prejudicam polícias e muitas vezes são a razão de alguns não poderem ter o excesso que merecem, no fim de semana, porque os sindicalistas estão com pseudo actividades sindicais! **Connosco não...**

Reunião do SPP com o Comandante do Comando de Polícia de Coimbra

Uma delegação do Sindicato dos Profissionais de Polícia reuniu-se no dia 19 de Novembro do corrente ano com o Sr. Comandante do Comando de Polícia de Coimbra.

Dessa delegação fizeram parte o dirigente José Marques e a delegada Adriana Santos. Após uma apresentação inicial de cumprimentos e de boas vindas de ambas as partes, seguiu-se uma troca de impressões relativamente ao trabalho desenvolvido até este momento. Em seguida, os representantes do SPP apresentaram uma série de sugestões ao novo comandante que gostariam de ver implementadas, nomeadamente:

-A existência de Oficiais de dia ao Comando, pois iria aumentar a eficácia policial porquanto estariam mais próximos da realidade policial;

-Melhor gestão das Equipas de Intervenção Rápida, de modo a possibilitarem uma resposta mais rápida e atempada;

-Horários e gestão do pessoal operacional, nomeadamente horários praticados nas esquadras e pelos supervisores operacionais;

-Problemas relacionados com serviços remunerados;

-O problema dos falsos alarmes dos estabelecimentos comerciais e a desresponsabilização das empresas de segurança prestadoras desse serviço, responsáveis pelos alarmes;

-Instalações: A urgência de obras na esquadra da Figueira da Foz e o problema do novo edifício do comando “que antes de o ser já o era (pequeno)”.

Por último, discutiram-se um conjunto de pequenas situações que deveriam ser melhoradas.

No final do encontro houve o desejo mútuo de manter uma boa relação institucional entre este sindicato e aquele Comando de polícia, de forma a todos nos empenharmos na melhoria das condições de trabalho de todos os que ali prestam serviço.

GRITO DE RAIVA DO GUARDA E DO AGENTE



É preciso eu perder a vida?

É preciso perder amigos/camaradas/colegas?

É preciso eu ficar incapacitado, e ver o causador dessa incapacidade, sair impune do tribunal?

É preciso eu ter de, literalmente, me passar para o lado criminoso, e resolver certos problemas da sociedade, pelas minhas próprias mãos?

É preciso eu recorrer a métodos anti-convencionais, para que o criminoso admita o crime que cometeu?

É preciso???

É preciso eu tirar a minha própria vida?

É preciso eu tirar a vida a alguém que não tem culpa do meu estado emocional e psicológico?

É preciso eu entrar de rompante na Assembleia e gritar em plenos pulmões "ISTO ESTÁ ERRADO!!!

NÃO É ASSIM QUE SE TRATA QUEM VOS PROTEGE? QUEM DÁ A VIDA POR VOCÊS, QUEM FAZ COM QUE SEJA SEGURO ANDAR NA RUA, E QUE SE MAGOA, QUE CHORA, QUE SE IRRITA, QUE PERDE DIAS DA VIDA PESSOAL, QUE DETERIORA A SAÚDE, SÓ PARA QUE VOCÊS POSSAM DEITAR A CABEÇA DESCANSADOS DA VOSSA VIDINHA E NO ENTANTO NÃO CONSEGUIR, EU, DORMIR DESSA FORMA QUE BEM MEREÇO?"

É preciso os números dos suicídios aumentarem para o dobro, para vocês se lembrarem de um grupo fictício de apoio via telefone???

Porra pá... o que eu preciso é de apoio na rua, apoio nos tribunais, apoio na saúde, apoio na família, O QUE PRECISO É DE APOIO.

Preciso de uma arma nova é verdade... a minha já é velhinha...

Mas também preciso de um carro-patrolha que não nos deixe na mão e tenhamos de o empurrar porque não pega.

Preciso de um computador para trabalhar como deve ser.

Preciso de reconhecimento pelo meu trabalho, nem que seja um simples "Bom trabalho camarada! Bom trabalho Colega"

É ISSO QUE EU PRECISO...

Não preciso de um panfleto com um número de telefone...

Preciso de um Gabinete de Apoio Psicológico, que previna e não que remedeie...

Não precisava nem lutava por um Sindicato se vocês, Governantes e Comandantes, vissem que nós é que vos protegemos...

Esses rapazes de fato e gravata que vos acompanham... São dos nossos. Ou já se esqueceram???

Aqueles que parecem pombos e corvos nos altos dos prédios quando vocês têm as vossas reuniões... São dos nossos... ou também já se esqueceram???

Aqueles que param o trânsito, aqueles que vos prestam homenagem para VOCÊS ficarem bem-vistos perante os vossos congêneres estrangeiros. Aqueles que se for preciso dão a vida por vocês, pelos cidadãos... SÃO DOS NOSSOS!!!

Somos elementos das Forças de Segurança... somos homens...mulheres, velhos, novos, experientes, inexperientes, mas sofremos todos do mesmo mal...

TEMOS UM GRANDE CORAÇÃO... E TEMOS A NOSSA PALAVRA DE HONRA.

Cumprimos ao máximo as nossas divisas das vossas Instituições... PELA LEI E PELA GREI - PELA ORDEM E PELA PÁTRIA.

Falo por mim... e pelos meus camaradas e colegas...



in "Fórum PSP"



SUICÍDIOS NA POLÍCIA

Desmotivação e stress propiciam depressões

O suicídio de elementos das forças de segurança tem sido uma das preocupações do Sindicato dos Profissionais de Polícia (SPP/PSP) que, desde 2001, criou um Gabinete de Apoio Psicológico, com o objectivo de estudar este fenómeno e dar apoio aos agentes vítimas de depressão – uma das principais causas do suicídio. Não podemos esquecer que a taxa de suicídio nas Forças de Segurança é superior à globalmente verificada na sociedade portuguesa (11,3%) nos últimos 5 anos.

Desde o início do milénio, o SPP/PSP tem lutado para que seja implementado, a nível nacional, Gabinetes de Apoio Psicológico em todos os comandos para minimizar este problema.

Esta é a única forma de se combater o suicídio nas forças de segurança. De facto, como aconselham vários psicólogos de renome, só o acompanhamento de proximidade poderá evitar o suicídio. Aliás, a experiência e os resultados obtidos pelo nosso Gabinete, coordenado pela Dr.^a Sandra Coelho, corroboram tudo o que temos defendido ao longo destes anos.



Desde o ano 2000, Sandra Coelho e o SPP/PSP tem alertado para o facto de a taxa de suicídio nas forças de segurança ser superior à globalmente verificada na sociedade portuguesa. As razões são múltiplas: A desmotivação originada por decisões que a todos afectam e que goraram expectativas e projectos de vida há muito planeados, de que o aumento da idade de reforma e a alteração das condições de prestação do serviço de assistência na doença (SAD/PSP), que excluiu cônjuges e deixou os filhos dos polícias sem poderem recorrer aos postos médicos da PSP, são exemplos concretos que contribuem para a depressão.

Por outro lado, se aliarmos a estas situação os atrasos dos pagamentos dos serviços remunerados (o que mexe com a estabilidade financeira das famílias) e ainda as condições de trabalho e o stress a que estão sujeitos diariamente, facilmente concluimos que os elementos das forças de segurança são extremamente vulneráveis a «apanharem» depressões.

A dificuldade de conciliar a vida familiar com a profissional, a falta de afectos e a necessidade de ausências prolongadas são, assim, os principais factores que podem potenciar tentativas de suicídio.

Por todos estes motivos, e como realçam vários estudos, as forças de segurança devem ter um serviço permanente de aconselhamento anónimo por telefone e/ou presencialmente, com especialistas prontos a atender casos específicos de depressão e suicídio, tendo em conta o acesso fácil que «essas pessoas têm às armas», sejam elas de serviço ou particulares.

Prevenção

É necessário fazer um levantamento constante da situação e actuar na prevenção. Não podemos esquecer – como também referem os especialistas – que os motivos dos suicídios não são profissionais, mas relacionados com o contrabalanço entre a vida pessoal e a profissional.

«Às vezes – como refere Sandra Coelho – existe uma necessidade de descomprimir da vida pessoal na profissional, mas na polícia isso não é possível, devido aos níveis de stress».

Em Portugal, ao contrário do que sucedeu em outros países da Europa Comunitária, só agora o Governo se preocupou com o elevado número de suicídios entre os elementos das forças de segurança, criando alguns mecanismos de prevenção deste flagelo.

No entanto, o Plano de Prevenção de Suicídios agora apresentado pelo Governo enferma de várias lacunas, não prevendo a implantação de gabinetes de psicologia descentralizados em cada um dos comandos.

Não é possível, na nossa perspectiva, conseguir-se combater este flagelo com apenas um gabinete de psicologia em Lisboa. Na prevenção é necessária proximidade. Ou seja, esses Gabinetes têm de estar implantados em todos os comandos.

Como sublinham alguns psicólogos, os elementos da polícia têm que ver o gabinete de psicologia como parte integrante e normal da PSP, de forma a não se sentirem estigmatizados quando necessitarem de recorrer a ele. O que até agora não tem acontecido.

ALTERAÇÕES CÓDIGO PENAL E PROCESSO PENAL NO MÍNIMO DISCUTÍVEIS.



Tipificou-se e bem um novo crime, o da Violência Doméstica, mas em vez de produzir efeitos desejados – sobretudo na protecção das vítimas e porque é um crime, normalmente, com moldura penal não superior a cinco anos – impede-se que o agressor, apanhado em flagrante e por isso detido, possa ficar sob detenção a aguardar julgamento! Ou seja, é notificado para comparecer em tribunal e é liberto! O que será que ele vai fazer? Será que não irá regressar ao local dos maus-tratos e continuar com os mesmos se a vítima ainda lá se mantiver e agora ainda mais encolerizado?

Sabe-se que muitas vezes as vítimas são cônjuges e filhos e que os agressores, ou por efeito de álcool, estupefacientes, desequilíbrios mentais..., não conseguem gerir as situações e mais facilmente fazem mais e pior do que param e mandam-se embora sem que a bebedeira ou outro tipo de situação lhes passe? Será que a vítima e filhos é que têm de abandonar o seu lar, sabe-se lá para onde e assim evitarem voltar a ser violentados, pelo menos até o indivíduo acalmar?

O mesmo se passa com as agressões a agentes de autoridade, uma vez que a moldura penal vai até três anos e por isso, a não ser nas agressões graves tal como todos os outros cidadãos, os agressores são notificados para comparecerem em tribunal e são libertos em vez de aguardarem a sua comparência sob detenção, tal como acontecia anteriormente!

Também nestas situações, a maioria das vezes, os agressores estão fora de si graças a efeito de álcool, estupefacientes, desequilíbrios mentais... e aquilo que se faz é mandá-los embora sabe-se lá para fazerem o quê! Será que uma pessoa encolerizada estará em condições de não repetir ou fazer pior? Quanto tempo é que demorará para estar de volta por outra situação idêntica ou pior? Não haverá sentimento de impunidade que poderá levar a novos actos?

Muitas vezes uma noite passada nas áreas de detenção era suficiente para que a bebedeira passasse, a verdadeira pessoa aparecesse e muitas vezes quando se chegava ao tribunal já as desculpas tinham sido apresentadas pelos detidos e aceites pelos agentes. Agora mandam-se embora, depois de notificados e a postura conflituosa continua!



Quem fez esta ... que explique, nós não compreendemos.

Consulta a nossa página em www.spp-psp.pt

VÊ QUEM VERDADEIRAMENTE TE DEFENDE

SINDICALIZA-TE NO SPP/PSP - SOMOS O TEU SINDICATO

“DE POLÍCIAS PARA POLÍCIAS”

REALIDADE OU FICÇÃO... UM INTERROGATÓRIO À LUZ DO NOVO CPP



- Senhor X?
- Sim, sou eu!
- Faz favor de tomar conhecimento dos seus direitos e deveres processuais;
- Tem o direito a mentir, a estar calado, a não dizer nada e a ter sempre advogado, querendo. O resto está aqui descrito neste papelinho, que é para si; está assinado por mim, para atestar que o Sr. foi devidamente informado.
- Já leu?
- Li sim senhor!
- E percebeu, que tem direito a mentir, a estar calado e a não responder?
- Percebi sim senhor! E agora?

- Agora vou informá-lo do que se passa: o Sr. está aqui, porque o Sr. Y apresentou queixa contra si; o malandro do queixoso, disse que o Sr. Cometeu este e aquele crime; e apresentou a seguinte prova documental: este, este e este documento; e nós entretanto, escutamos as suas conversas ao telefone e ouvimos isto, que o compromete;
- É pá! Isso é legal?
- Lamento mas de facto, um dos raríssimos crimes que admite a escuta telefónica, parece que, eventual e remotamente, possa ter sido cometido por si...
- Bolas! E tem a certeza que era a minha voz?
- Hummm... bem... a certeza, não tenho...
- Então estou mais descansado!
- Por outro lado, as velhacas das testemunhas A, B e C, arroladas pelo queixoso Y, disseram todas que sim, que foi você que cometeu os crimes...
- As 3 testemunhas?
- Sim...
- Associação criminosa, portanto!
- Bem... calhando... bom, adiante: também andámos atrás de si, para ver o que fazia; filmámos tudo e fotografámos!
- É pá! e isso é legal?
- Ser, é mas só é utilizável no processo, se fizermos um reconhecimento pessoal...
- Ah! Então, estou mais descansado!
- Pronto! Já foi informado, conforme o Código! Então Sr. X? Quer responder a perguntas que temos para lhe fazer, neste processo-crime? Quer?
- Eu?!? Eu não! Só perante o meu advogado!
- Portanto, não quer responder!
- Eu?!? Eu não disse isso! Eu estou aqui, para cumprir o meu papel social de colaboração com a justiça, segundo o novo Código de Processo Penal e em oposição clara e frontal ao abuso policial que vingava antigamente! De facto, o que eu disse foi: só respondo perante um advogado.
- Então, arranje um, se quiser fazer esse favor.
- Eu fazia... mas não tenho dinheiro, sabe! Os jantares! Os cavalos! Os carros! As assistentes do negócio... uma despesa pegada... há dias, que nem ceio!
- Pois... uma maçada processual! Então e se pedir à segurança social?
- Eu, pedir, até pedia... mas demora muito tempo, sabe... e depois, com os carros e casas que tenho, das burlazitas que tenho cometido, o mais certo é negarem-me o apoio judiciário!
- Malandros! Uma pena, de facto!
- Pronto... então, terminámos esta entrevista policial?
- Sim claro! Vamos marcar a diligência do reconhecimento pessoal...
- Naaa... não vale a pena incomodar-se Sr. agente! Eu não venho, porque não sou obrigado; e se fosse, como não tenho advogado... não me interrogam, sob pena de nulidade!

- Pois... de facto... diligências inúteis! olhe... vá-se lá embora; mas diga-me só uma coisa: vai assinar comigo o auto, para eu dizer aqui a que hora terminou, não vai?

- Olhe... eu até assinava! Mas como não sou obrigado e não tenho advogado... calhando, nem assino, para garantir a nulidade! Não leve a mal! Mas não trouxe sequer aquela caneta cuja tinta desaparece depois de uns dias...

- Compreendo perfeitamente! Deixe estar Sr. X! Quase que era apanhado desprevenido! não se incomode, que vou informar o Ministério Público.

- Queixinhas!

- Eu?!?

- Não! O queixoso!

- Ah! Esse diabólico seguidor da seriedade!

- Pois... já viu o que ele me arranjou? Estragou-me a vida, foi o que foi! Olhe... Sr. agente: já agora, tenho um requerimento a fazer!

- Diga se faz favor Sr. X!

- Quero que o processo fique em segredo de justiça! é que tenho a minha imagem para proteger... e se se souber que corrompo e vendo a mesma casas 30 vezes e fujo ao fisco, o traficozinho... e que vendo imagens de pedofilia é mau para a minha imagem, e neste meio empresarial... a concorrência... sabe como é! A imagem é tudo!

- Compreendo perfeitamente Sr. X.

- E já agora: como disse que se chamam as testemunhas?

- A, B e C. Conhece? Sabe onde moram?

- Sim claro! Eu já trato disso assim que sair daqui... conhece uns "portas" profissionais muito sérios e conscientes do seu trabalho, acabados de sair da preventiva encurtada...

- Então, boa tarde!

- Boa tarde e muito, muito, muito obrigado Sr. agente!

- De nada!

- Acha que leva muito tempo a arquivar o processo?

- Penso que não!

- Então o que vai fazer agora?

- Vou remeter o processo com a sua constituição de arguido para o Ministério Público, para homologação...

- Ahn... nesta Comarca... sim... ahn... ora, estamos em 2007?

- Sim.

- Pois... então, lá para Março...

- De 2009...

- Pois... talvez...

- Ora então, com sua licença, vou indo... tenho que vender a casa outra vez!

- Vá, vá Senhor X!

- Ainda há gente bem educada!

- Mais um arguido satisfeito! NÉÉEEEEEXT!!!!

- Boa tarde!

- Boa tarde! Diga!

- Sou o Sr. Y, queixoso. Gostaria de saber, em que estado está o processo contra o Sr. X?

- Lamento, mas está em segredo de justiça! Acabadinho de requerer!

- Eh pá! Mas eu não concordo! Então e agora?

- Agora, tem de arranjar um advogado, requerer a assistência e solicitar ao MP que o processo seja público;

- E ele decide?

- Não, mas quase! Ainda vai ao juiz...

- Ahn... então quando sou ouvido?

- Ora, estamos em 2007, o processo deve regressar, pela ordem, lá para 2010...

- Pronto, está bem; então vamos aguardar...

- Boa tarde e até breve...

[...] "



UNIFICAÇÃO DAS POLÍCIAS PRECISA-SE.

Na incessante procura de novos contributos e de análise do que se faz “lá fora”, publicamos excertos de um trabalho feito por um senhor Oficial de Polícia de Angola, Sr. Comissário Francisco Pestana, que gentilmente nos cedeu e autorizou a publicar.



.../...

ALGUNS FUNDAMENTOS



Comissário Francisco Pestana
Polícia Nacional de Angola

A existência de vários organismos policiais dispersos por outras tutelas, ou desagregados, com dependências várias e com chefias distintas não deixa de ser **mais onerosa para o erário público**. Das suas orgânicas, nem sempre se consegue a **melhor articulação** para que a Polícia seja eficiente e eficaz no combate ao banditismo. Na fase que atravessamos, ganha cada vez mais corpo a filosofia da polícia integral, aliás, a que vigora e se consolida hodiernamente em todos os países da África Austral, onde Angola se encontra inserida.

A delinquência contemporânea é cada vez mais violenta e os criminosos empregam meios cada vez mais sofisticados para alcançarem os desideratos da marginalidade, nas suas acções anti-sociais e terroristas.

Angola não está em outro Mundo, mas neste, devendo estar atenta ao fenómeno da globalização onde o terrorismo, que não conhece território, nem escrúpulos, é um facto real, caracterizado pelo recurso sistemático à violência contra pessoas e bens, com o objectivo de criar na Sociedade sentimentos colectivos de medo e insegurança, com vista a atingir os seus objectivos.

Dizem os terroristas que “eles só precisam de ter sorte uma vez, mas que as forças de segurança têm de ter sorte o tempo todo”. Vamos contar apenas com a nossa própria sorte, ou temos de nos prevenir e estar preparados para evitar estes males?

Uma análise comparativa, leva-nos, por exemplo, a mencionar uma passagem do Projecto Lei n.º 302/VIII, de 26 de Setembro de 2000, apresentado à Assembleia da República Portuguesa pelo partido CDS-PP, onde se acentua que “em Portugal não existe uma verdadeira coordenação entre as Forças de Segurança, começando ali a solução daquilo que é hoje, naquele País, um dos principais problemas nacionais”.

“A sucessão de conflitos públicos entre a Polícia Judiciária, a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana, cada uma com sua tutela diferente, tornam por demais evidente a descoordenação vigente”, diz aquele projecto-lei no seu ponto n.º 5, dando-nos a conhecer a existência de “conflitos de nível institucional, sobretudo nos casos mais mediatizados, e conflitos de natureza estratégica”, destacando “a insuficiente troca de informações, conflitos de dimensão corporativa, onde avultam as diferenças entre as Forças, do ponto de vista do seu estatuto e do estímulo à acção. Conflitos até de carácter territorial, dada a excessiva rigidez das fronteiras legais sobre a intervenção das mesmas Forças”.

“A opinião pública apercebeu-se - e com isso justamente se preocupa - do factor descoordenação como vértice da ineficácia na resposta do Estado ao aumento da criminalidade, factor que já vinha sendo denunciado por especialistas”, assim reza aquele projecto-lei que estabelece as bases gerais da coordenação, equipamento, reorganização e reestruturação das Forças de Segurança Portuguesas.

“Este tipo de ineficácias na resposta do Estado é característico de modelos de organização policial ultrapassados” que ainda vigoram em Portugal.

Note-se que nesse País, a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana tiveram, elas próprias, de criar núcleos ou áreas de pesquisa de informação e de investigação criminal, independentes da Polícia



Judiciária, para poderem, minimamente, corresponder às necessidades das suas próprias actividades operativas no combate à criminalidade e à delinquência.

O mesmo se passa no Reino de Espanha, com a Guardia Civil e a Polícia Nacional, numa dualidade de funções absolutamente desnecessária.

.../...

Não terá, portanto, qualquer sentido a opção por diferentes tipos de tutela que afastam a possibilidade de uma fácil actuação na base de uma unidade e solidariedade policial, tendo sempre presente os princípios da cooperação e da proporcionalidade no emprego dos meios dotados a uma única instituição.

Para além da experiência, assaz positiva, que a Polícia Nacional tem retirado, ao longo de todos estes anos, do seu corpo único de Polícia, onde a Direcção Nacional de Investigação Criminal é um dos seus mais importantes órgãos, vem-se notando que a tendência do mundo moderno consiste em caminhar exactamente nesse sentido. No sentido de “encaixar” o órgão de polícia criminal num corpo único de polícia, onde se articula e inter-age com as demais polícias, embora mantendo cada uma delas as suas características e especificidades próprias.

Às vantagens de ordem económica e financeira acrescem, ou contribuem para isso, a uniformização, o aproveitamento de estruturas físicas, a padronização dos meios de transporte, dos meios de comunicação, do armamento, da técnica, dos sistemas de informação, etc., etc., etc..

.../...

O sistema policial de corpo único, sem que os subsistemas abdicuem das suas próprias características, em função das atribuições específicas de cada um, não pode deixar de contribuir para uma maior coesão das forças e para uma maior rapidez, seja no que tange à investigação dos crimes e à descoberta dos seus autores, seja no que se refere à prevenção da criminalidade, seja no que toca ao estudo, análise e previsão de situações concretas relacionadas com o potencial delituoso, seja ainda no que concerne à troca e cruzamento de informações, elaboração de planos e projectos mais correctos de actuação, quando for preciso actuar de forma concertada, coordenando forças, meios, técnicas e finanças, para prevenir ou debelar situações que ponham em perigo a segurança individual ou colectiva dos cidadãos e do próprio Estado.

Raras são as excepções - e, por isso é que as excepções confirmam a regra - onde a polícia criminal aparece “divorciada”, das restantes polícias, suas irmãs.

A Europa não é a África e a África não é a América. Cada País é um País. Mas, na Europa, por exemplo, somente em Portugal, na Holanda, na Bélgica e na Dinamarca as polícias se encontram “desirmanadas”, como refere o preâmbulo do Projecto-Lei a que atrás nos referimos.

Países de outros continentes, como do continente americano e até do continente africano, seguem a tendência do corpo único. Seguem o princípio de uma só tutela para todas as polícias.

Tal como atrás ficou dito, na África Austral todos os Países seguem e consolidam o princípio de uma tutela única para todas as polícias, retirando-se dessa experiência vantagens de elevada monta.

No quadro da cooperação e solidariedade entre as polícias da região, tem sido possível enfrentar as mais variadas formas de delinquência, adoptando-se o recurso a operações regionais com o envolvimento de meios aéreos, viaturas especiais e forças detentoras de alta especialização.

Só assim se entende ter sido possível a realização, com êxito, de algumas operações no âmbito regional contra a droga, o roubo de viaturas e outros crimes transnacionais ocorridos na nossa região austral da África. Só numa dessas operações, onde participaram quatro países, foi possível a recuperação de mais de duas mil viaturas, vindo a reduzir-se cada vez mais o espaço de manobra das redes marginais de assaltos a veículos e tráfico de drogas.



Também já se vem conseguindo a obtenção de dados sobre casos de pirataria aérea e de terrorismo e, no âmbito de planos operativos conjuntos, vai-se combatendo com eficácia a criminalidade transfronteiriça.

No XIX Curso de Alta Especialização de Polícia, que reuniu dirigentes e “experts” das Forças de Segurança de todos os Países, foi sublinhado, uma vez mais, a necessidade permanente da observação pelas distintas polícias de alguns princípios de organização, tais como o princípio da Polícia integral, com vista à convergência de valores, atitudes e objectivos policiais, o que, por um lado, garante a unidade de estratégias, critérios e princípios, e, por outro lado, permite a optimização dos resultados na prevenção criminal pró-activa, o princípio da unidade de esforços, permitindo, nas diversas missões, o melhor aproveitamento das possibilidades de outras especialidades concorrentes, e ainda um princípio que nunca é de desprezar: o princípio da racionalidade na utilização dos meios humanos, materiais, técnicos e financeiros.

Estes são apenas alguns princípios que se enunciam, pois outros existem dotados de não menor importância.

E, para aqueles que se prezam em invocar a Pátria de Camões em defesa de teses contrárias, gostaria de informar que o próprio inspector geral do Ministério da Administração Interna - órgão da Administração Central do Estado Português correspondente ao nosso Ministério do Interior - disse, numa entrevista concedida a um periódico português, na altura em que fazia o balanço do seu mandato, que “várias polícias num só Ministério traz ganhos de eficácia no combate ao crime”.

“A Polícia Judiciária num Ministério e as outras polícias noutra tem perdas de eficácia, criando dificuldades na intercomunicação e estimulando o espírito de “capelinhas”, o que, sem dúvida, dificulta o exercício de gerir o combate à criminalidade”, acrescentaria aquela mesma entidade.

“A polícia de proximidade tem muito mais informação”, disse ainda o referido Inspector-Geral, reportando-se à Guarda Nacional Republicana e à Polícia de Segurança Pública, as quais têm mais contactos por estarem mais próximas da população e que funcionam com tutelas diferentes da tutela a que se subordina, em Portugal, a Polícia Judiciária.

Nessa entrevista, o Inspector Geral do Ministério da Administração Interna de Portugal acrescentava que “em reuniões internacionais, os grupos – isto é, as delegações dos outros países – são de um único Ministério e não entendem as comunicações com dois canais diferentes de dois agentes do mesmo Estado.

Do simples crime consubstanciado numa leve bofetada ao crime contra a segurança do Estado, do crime praticado isoladamente e sem grande risco por uma só pessoa, ao crime cometido com bombas ou armas de fogo por associações de criminosos fanáticos e sem escrúpulos, do crime de furto simples ao crime cometido por organizações terroristas, com agentes armados, equipados e tecnicamente bem preparados, só pode haver uma única resposta da Polícia.

Essa resposta está na unidade e na integração de todas as forças policiais num corpo único, numa só tutela, cumprindo, em consciência, planos estrategicamente elaborados e concertados, com base no estudo e análise dos dados e informações centralizadas em bancos de dados, o que permite uma descoberta rápida do crime e dos seus autores.

.../...

MARREIRO S SEGUROS

Soc. de Mediação de Seguros, Lda.

PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2008

Mais um ano termina, é esta a altura para se fazer o balanço do ano que acaba. É altura de sermos autocríticos, pensar no que correu menos bem e melhorar esses aspectos.

O SPP tem-se caracterizado como o sindicato vanguardista na defesa dos direitos dos Polícias, lutando por isso diariamente para que esses mesmos direitos sejam respeitados. Promovendo acções junto de várias instâncias, com o intuito de obter mais e melhores condições de trabalho, para que possamos prestar um melhor serviço a população.

Sabemos de antemão que ser Policia encerra várias dificuldades, sabemos que muito se tem de dar e pouco a receber. Tantas e tantas vezes arriscamos nossas vidas sem pedir nada em troca. Tantas e tantas vezes nos prejudicamos a nós, aos nossos familiares e amigos porque temos uma missão a cumprir e dessa missão dependem milhares de vidas.

Esperava-se então que devido a nobreza de tais actos, andássemos então todos com um único e mesmo objectivo, trabalhando em conjunto, promovendo a motivação dos profissionais de Polícia e melhorando a sua situação socio-económica.

Quando a instituição a que nós pertencemos for justa, solidária e com a preocupação de envolver todos os Polícias na discussão dos vários problemas que hoje nos afectam, então nesse dia a missão deste sindicato tem de ser repensada. Mas como esse pensamento parece distante e até utópico, temos de continuar, com o esforço dos que se preocupam mais um bocadinho que a generalidade (os chamados sindicalistas), a sermos uma consciência crítica e desenvolver formas de luta contra os que atentam contra os policias.

Compete então a esta direcção traçar os objectivos para o ano de 2008, que terão de ser, alguns deles, a continuação dos traçados para este ano, pois muitos problemas existentes persistem.

A nível interno interessa continuar a estruturar o SPP, de forma a estar mais capaz de enfrentar os problemas que se avizinham. Essa estruturação passará não só por estruturas físicas de trabalho, mas também por uma mais eficaz organização do sindicato ao nível do organigrama respeitante a cargos directivos, tal como agilizar o papel de delegado sindical de forma a promover um rápido aumento de sócios.

Ao nível externo vamos continuar a denunciar todas as situações injustas ou ilegais que atentem contra o superior interesse dos polícias, que é terem condições de trabalho aos mais diversos níveis.

Continuaremos a batalhar para que os direitos que nos foram retirados, respeitantes a reforma e saúde sejam repostos.

Queremos que os escalões e as promoções sejam feitas a tempo e a horas e de forma justa.

Chegou também a hora de nos atribuírem o subsídio de risco e a compensação de horas extraordinárias como os restantes funcionários públicos.

Vamos continuar a promover a nossa mensagem, nomeadamente através da nossa página de Internet, da revista informativa, da newsletter e dos média. Contamos também promover uma nova revista com patrocínios externos, com vista não só aos polícias mas também a população em geral.

Continuaremos a dinamizar a área dos protocolos, para que os nossos sócios tenham condições preferenciais no acesso a vários serviços.

Continuaremos a apostar de forma adequada no apoio especializado ao nível psicológico e jurídico.

Participaremos com projectos equilibrados no que diz respeito a alteração de alguns diplomas que já não se encontram adequados a realidade, como é exemplo o Regulamento Disciplinar da PSP. Lutaremos também para aumentar as perspectivas de progressão nas carreiras dos elementos policiais, defendendo que todos deveriam começar da mesma base, tendo a mais capazes hipótese de progredir mais rapidamente na carreira, para que os melhores incentivem os que ainda não conseguiram, pelo seu exemplo...

Assinalaremos o nosso enorme respeito por quem, infelizmente, tombou e já não se encontra entre nós, para que ninguém se esqueça houve Polícias assassinados por cumprirem o seu dever, com o DIA NACIONAL DE LUTO PELOS POLÍCIAS MORTOS.

Organizaremos uma iniciativa de cariz desportivo (passeio BTT/campeonato futebol 5) culminado com um almoço convívio para lembrar o dia dos “secos e molhados”.

Contamos ainda chegar mais perto dos sócios e restantes policias através das distritais, promovendo uma maior interligação.

Continuaremos a ser um Sindicato independente e interventor, tomando acções sempre que assim se justifique para a defesa dos direitos dos Polícias.

Sabemos das expectativas que todos depositam em nós, esperamos desenvolver um bom trabalho e criar um sindicato ainda mais sólido.

Contamos com o empenho de todos, pois juntos somos mais fortes!

Lisboa, 22 Novembro 2007

A DIRECÇÃO DO SPP/PSP



SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE POLICIA SPP/PSP

BEM VINDOS



DEZEMBRO/2007

Jovem colega

Começaste agora uma nova etapa da tua vida e depressa chegarás à conclusão que esta vida de Polícia tem muito de esforço e dedicação e muito pouco de descanso e compreensão.

Não muito longe vão os tempos em que os nossos antecessores e alguns dos que ainda estamos ao serviço folgávamos duas vezes por mês, os turnos eram de tal forma que nunca tirávamos a farda e a democracia interna era inexistente.

Graças à luta e sacrifício de muitos, alguns já não estão entre nós, conseguimos dignificar a nossa função e a população em geral deixou de nos olhar de forma desconfiada e receosa para nos ver como aqueles que ali estão para não deixar que os seus direitos de cidadania sejam postos em causa.

Somos hoje um verdadeiro pilar da democracia em Portugal e mesmo aqueles que nos criticam "por dá cá aquela palha" são os primeiros a socorrerem-se de nós quando estão aflitos.

Cabe a todos nós Polícias, onde tu já estás incluído, continuarmos a lutar pela nossa dignificação enquanto cidadãos e Polícias, esse é o caminho escolhido por nós no SPP/PSP onde encontrarás, sempre, uma voz amiga e toda uma organização que não se negará a defender os teus direitos.

Uma vez mais damos-te as boas vindas e fazemos votos para que possas também tu contribuir para uma PSP ainda mais eficaz e respeitadora dos direitos dos seus profissionais, que somos nós os Polícias.



A DIRECÇÃO NACIONAL DO SPP/PSP

